



III SEMANA DO DIREITO

ANÁIS



Entre Políticas e Preconceitos: A Inclusão de Pessoas com Transtornos Mentais na Democracia.

Autor(es)

Lívia Carneiro Silveira Gomes

Ryan Brandao Araujo

Ísis Coutinho Albuquerque

Ana Clara Costa Freire

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ

Introdução

A democracia contemporânea fundamenta-se na igualdade formal e na proteção dos direitos humanos, conforme a ordem constitucional (FERRAJOLI, 2011). Contudo, a realidade social evidencia lacunas na inclusão das pessoas com transtornos mentais. Apesar dos avanços normativos, como o direito à saúde previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 196), a criação do Sistema Único de Saúde (Lei nº 8.080/1990) e o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), esse grupo ainda enfrenta barreiras estruturais, estigma e falta de políticas públicas adequadas (SARLET, 2015). Essa vulnerabilidade é refletida na cultura, em obras como *As Linhas Tortas de Deus*, de Oriol Paulo, e *American Horror Story: Asylum*, de Ryan Murphy e Brad Falchuk, que mostram a falência institucional e a exclusão. Tais representações reforçam a urgência de um olhar jurídico ético e social para promover verdadeira inclusão.

Objetivo

Analizar os desafios da inclusão de pessoas com transtornos mentais sob a perspectiva jurídica, destacando a relação entre direitos constitucionais, políticas públicas de saúde, práticas de inclusão social, a influência da percepção social (incluindo a banalização de transtornos mentais nas redes sociais) e a efetivação da dignidade humana.

Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida por meio de estudo bibliográfico e análise de produções audiovisuais, adotando uma abordagem interdisciplinar. O estudo se baseou em textos de Andrew Solomon, Fiódor Dostoiévski, Jeffrey Eugenides e Sigmund Freud, bem como em obras como *As Linhas Tortas de Deus* (2022) e *American Horror Story: Asylum*, que demonstram que os manicômios frequentemente atuaram como instrumentos de exclusão social, violando direitos fundamentais. A literatura e a psicanálise reforçam que o sofrimento psíquico deve ser compreendido em seu contexto social, e não criminalizado ou marginalizado.



III SEMANA DO DIREITO

ANÁIS

Anhanguera
Sobral Shopping



Paralelamente, buscou-se interpretar juridicamente as falhas e lacunas no atendimento à saúde mental, considerando a percepção social e o papel das redes digitais na construção de estigmas.

Resultados e Discussão

A análise demonstrou que, mesmo em democracias consolidadas, a inclusão de pessoas com transtornos mentais ainda enfrenta obstáculos estruturais. Falhas nas políticas públicas persistem: apesar da criação dos CAPS e de programas de saúde mental, há deficiências na aplicação das leis, longas esperas, negligência e dificuldades de reintegração social. A estigmatização contínua afronta os princípios de igualdade e dignidade, impondo ao Estado o dever de garantir políticas acessíveis e efetivas. Segundo o professor Paulo Brasil (UFMG), os CAPS resultam da Reforma Psiquiátrica, que visou substituir o modelo manicomial por um cuidado comunitário e humanizado (Brasil, 2023). Essa mudança foi um marco na defesa da dignidade e dos direitos humanos. Contudo, enquanto o sistema público busca inclusão, a internet banaliza o sofrimento como “psiquiatra de tela”, revelando a urgência de uma ação conjunta entre Estado e sociedade.

Conclusão

A democracia só será plena quando a inclusão das pessoas com transtornos mentais for garantida de maneira efetiva, ética e legal. A proteção jurídica deve ir além da norma escrita, envolvendo acesso a políticas públicas, educação inclusiva e atenção à saúde mental, assim como a conscientização social para combater estigmas e banalização. Literatura, cinema e estudos psicanalíticos mostram a urgência de um olhar humanizado e interdisciplinar, reforçando que os direitos constitucionais devem ser aplicados de forma concreta, garantindo que cidadãos vulneráveis não permaneçam marginalizados.

Referências

- AMERICAN horror story: asylum. Direção de Ryan Murphy e Brad Falchuk. Produção de 20th Century Fox Television. [Estados Unidos]: FX, 2012. 13 episódios. Transmitido na Netflix.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.
- FERRAJOLI, Luigi. Principia iuris: teoría del derecho y de la democracia. Madrid: Trotta, 2011. Volume 1.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. Crime e castigo. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- GENIDES, Jeffrey. As virgens suicidas. Tradução de Marina Colasanti. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- DAKER, Maurício Viotti. Título do artigo científico: subtítulo.